

O ANTIGO REGIME E A REVOLUÇÃO¹

Fabício de Oliveira Alves²

Notadamente, os primeiros séculos da contemporaneidade, no âmbito da pesquisa filosófica, foram proeminentemente marcados pelas obras de autores alemães. Basta ver os grandes nomes do Romantismo e do Idealismo, a exemplo: Goethe e Hegel. Mas, não há de se ignorar que a Idade Contemporânea, isto é, esta, possui como marco de seu início o ano de 1789, com a Revolução Francesa. Em termos históricos, portanto, é a França quem protagoniza o período que vivenciamos e a influência do “espírito revolucionário”, ou ainda dos ideais da Revolução, puderam (e podem) ser sentidos em toda Europa, quiçá no mundo.

Sendo assim, a obra *O Antigo Regime e a Revolução* de Alexis de Tocqueville desponta como uma importante ferramenta para a compreensão daquele evento que marcou o início da época contemporânea e, cujo efeito se fez sentir em toda a Europa, sobretudo, em relação aos ideais, que se não foram exatamente a causa, influenciaram decisivamente nele. Outro importante “detalhe” a ser notado da obra é o próprio autor, Alexis de Tocqueville, visto que, é um francês. Ora, como já enunciado, nos primeiros séculos da contemporaneidade, destacam-se os pensadores alemães, mas Tocqueville apesar de não possuir o brilho dos germânicos, possui, por certo, a mesma “nobreza” intelectual.

1 Alexis TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, 2015, p. 5.

2 Aluno do 5º semestre do curso de bacharelado em Filosofia da Faculdade Dehoniana. Resenha realizada e aprovada para a disciplina de História da Filosofia Contemporânea I.

Quanto a obra, propriamente, e a que se destina, Tocqueville escreve: “o livro que publico neste momento não é uma história da Revolução, história que foi escrita com muito brilho, para que eu pense em reescrevê-la, é um estudo sobre essa Revolução.”³ Com esse estudo, Tocqueville pretende demonstrar não somente as causas dessa mesma revolução, mas compreender, principalmente, a que ela se destinava, o que ela queria destruir, de fato.

Observemos que o ano da publicação dessa obra é 1856, quase uma centena de anos se passara desde a Revolução, mas a sua repercussão ainda é sensível. Nesse sentido, escreve Tocqueville a respeito do tempo em que se dedica a fazer esse exame: “o evento é efetivamente extraordinário [...]? Qual foi o seu verdadeiro sentido? quais são os efeitos permanentes dessa revolução estranha e terrível? Ela destruiu precisamente o quê? [...]

Parece que o momento de pesquisar isso e dizê-lo chegou, e que hoje estamos colocados no ponto exato de onde melhor se pode ver e julgar esse grande objeto.”⁴

A resposta que o autor encontra para a pergunta, por sua vez, é a seguinte que a Revolução não foi um evento absolutamente extraordinário, possuía na História alguns pares, ainda que nada se tenha visto de tamanha magnitude e sucesso. E seu principal alvo era a destruição da organização política do Antigo Regime, sobretudo, em relação aos privilégios da nobreza e do clero. Era, portanto, a destruição das formas políticas próprias do feudalismo.

As investigações de Tocqueville, contudo, não se limitam a isso. O autor quer conhecer o perfil da Revolução e diagnosticar minuciosamente, se não criteriosamente, o que verdadeiramente levou os franceses a empreenderem tamanha façanha. Sendo assim, por primeiro, o autor investiga a natureza da Revolução e conclui que a Revolução Francesa, de cunho político, operara a maneira de uma revolução religiosa, como a Reforma Protestante.

O autor conclui isso ao perceber como os ideais da Revolução não se limitavam aos franceses, mas consideravam a natureza humana universalmente. Ora, também a religião considera essa universalidade, congregando sobre um mesmo ideal/credo diversos povos. E mais, à semelhança da religião, que se espalha pela pregação, a Revolução difundira por toda a Europa seus ideais através da propaganda, isto é, da divulgação de sua filosofia inspiradora.

3 Alexis TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 5.

4 Alexis TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 17.

E como se viu possível isso? Porque, como demonstra Tocqueville, a Europa toda se parecia, e muito, em suas instituições. Desse modo, era possível compreender o “ódio” que crescia da parte dos franceses às organizações políticas do Antigo Regime, ou seja, feudais. Contudo, antes de elucidar o porquê de a revolução despontar na França e não em outro país da Europa, o autor afirma que a Revolução não fez outra coisa a não ser destruir bruscamente e de uma única vez àquilo que inevitavelmente já estava fadado ao fracasso, o Antigo Regime.

Segundo Tocqueville, as velhas instituições europeias já não operavam como nos tempos medievais, a sociedade e a economia haviam se modernizado, a política, porém, permanecia a mesma, mantendo, principalmente, os antigos privilégios da nobreza. Mas o que tornava, então, tais privilégios suportáveis no passado e tão insuportáveis ao final do século XVIII? O autor responde demonstrando que no passado, os antigos senhores possuíam, apesar dos privilégios, uma série de deveres. Tais deveres, no entanto, foram pouco a pouco perdendo o espaço para a política centralizadora do rei, todavia, os privilégios não. Assim, o camponês que já em nada dependia do seu senhor, estava preso a ele.

Ora, como enunciado, para Tocqueville, os privilégios da nobreza tornaram-se tão insuportáveis, porque na França, ao contrário de outros países como a Alemanha, o sistema feudal já não era mais uma instituição política, fundamentalmente dita, mas “[...] continuava a ser a maior de todas as instituições civis.”⁵ Isso significa, mais claramente, que o senhor feudal continuava a gozar de todos os seus direitos, podendo taxar de diversas formas o seus vassalos, sem, contudo, necessitar “mover um dedo” para administrar as terras sob seu nome.

Ademais, nesse ponto, o autor esclarece que por gozarem dos mesmos direitos dos nobres, o clero gerou na sociedade francesa um verdadeiro mal-estar, dando a impressão de que a Revolução foi, essencialmente, um movimento secularista, anticlerical e antirreligioso, mas, ainda que fossem presentes tais aspectos, não era, essencialmente, contra a religião que se posicionavam os revolucionários, mas contra os privilégios que essa classe disfrutava.

Outra questão que Tocqueville faz notar é o fato de, na França, os camponeses já não se utilizarem da terra dos seus senhores, mas de serem, propriamente eles, os senhores das suas terras. Tais investigações, o autor não poderia ter feito examinando os livros que trataram da Revolução e do

5 Alexis TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 42.

seu período antecedente, por isso investigou cuidadosamente os arquivos e documentos das cidades e pôde constatar isso, que os camponeses já no Antigo Regime, na sua maioria, eram donos da própria terra e não “empregados” encarregados dela.

Desse modo, a investigação de Tocqueville segue toda, ao longo da obra, demonstrando a sua pesquisa realizada nos arquivos que restaram dos anos anteriores à Revolução, reafirmando a sua tese de que a Revolução não foi um movimento extraordinário, mas uma decorrência da profunda crise que se instalara no Antigo Regime e essa crise, como visto, se dá, sobretudo, pelo fato de não se conseguir receber “o novo” em velhas formas.

A esse “novo” deve-se entender a modernidade, seja nos seus princípios: “[...] igualdade formal, igualdade de encargos, liberdade de imprensa, publicidade de debates [...]”⁶, como no seu modo de produção, isto é, o capitalista. Ainda que, Tocqueville não use o termo capitalismo, é comum que dê pistas de que compreende uma clara distinção entre a organização econômica feudal e a moderna. Não é claro, contudo, ao longo da obra a que se opõe e o defende, de modo a se obter de sua parte uma leitura imparcial, mas não indiferente.

Quanto ao resultado e destino da obra é fundamental notar a leitura que o autor oferece acerca do Antigo Regime e da Revolução, sendo essa uma decorrência, talvez não necessária, mas ainda sim possível (e talvez, provável) do primeiro. Seus escritos, primeiramente, ilustram o perfil da revolução comparando-a a outros perfis, posteriormente, demonstra exaustivamente como a Revolução reconstruiu a França sobre “instituições semidemolidas”, ou ainda como dos escombros da “velha França” nasceu a nova França.⁷

Uma vez considerada a importância da obra pelo seu conteúdo, não há de se ignorar a importância da leitura que o autor oferece da realidade, que é, essencialmente, o que de filosófico no livro, mais diretamente da História. Tal relevância se deve ao fato de outro autor, ainda mais ilustre, assentar as bases de sua filosofia sob uma perspectiva historicista, Hegel.

6 Alexis TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 30.

7 O autor divide a obra em três livros, o primeiro traça o perfil, o segundo trata especificamente da burocracia e da centralização do poder e investiga como essas características, presentes à realidade na qual viveu, foram legados do Antigo Regime. O terceiro, por sua vez, discorre com mais pluralidade acerca de outras situações que preparam a revolução, concluindo por fim com a demonstração fundamental de todo o livro: “Como a Revolução surgiu naturalmente do que a precede” (Título do último capítulo do livro).

À semelhança do idealista alemão, Tocqueville percebe os conflitos presentes na História, mas a enxerga com olhos diferentes. Para ele, a Revolução não foi um evento extraordinário, como talvez perceberia Hegel, nem mesmo servia de antítese ao Antigo Regime, visto que ao longo da obra, Tocqueville demonstra como uma coisa é decorrência de outra. Uma visão mais “causalista” possivelmente, segundo a qual o efeito está contido na causa. Tampouco em Tocqueville a ideia de superação é cabível, a Revolução não superou o Antigo Regime, mas segundo eles, voltou rapidamente a velhas formas, de modo diferente.

Fato é que toda tese contém em si a sua negação, mas certamente, não é isso que Tocqueville buscou demonstrar. O desenrolar da História, na sua leitura, caminha com uma combinação de fatores nem sempre opostos, mas até muitas vezes convergentes e mais, nenhum sistema novo é, de fato, algo não visto, porque a História, de alguma forma, se repete.

E, por outro lado ainda, Hegel observa que há um Espírito Absoluto que conduz a História e se conscientiza, há, portanto, uma ideia de progresso inerente a isso. Dessa maneira o pensamento hegeliano pode ser usado para justificar uma série de eventos históricos que marcaram tragicamente a humanidade. Tocqueville, ao contrário, é mais imparcial, nem sempre a leitura torna clara sua opinião, considera a História em suas perdas e seus ganhos, sem nunca deixar de defender o ideal que considera mais nobre: a liberdade.

Em suma, a filosofia de Tocqueville demonstrada na leitura da obra: *O Antigo Regime e a Revolução*, faz-se perfeitamente resumida nas seguintes palavras do autor: “Vê-se que a História é uma galeria de quadros em que há poucos originais e muitas cópias”⁸

Referência Bibliográfica

TOCQUEVILLE, Alexis. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Folha de São Paulo. 2015.

8 Alexis TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 70.